

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob as siglas "CTSA3" e "CTSA4" e é sediada em Montes Claros, MG. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2013.

Conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e legislação societária, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia vinha apresentando suas demonstrações financeiras consolidadas, que incluíam as operações da controladora e de sua sucursal na Argentina. Com a redução das atividades naquele país, os saldos da sucursal passaram a ser pouco representativos. Dessa forma, a partir do exercício de 2012, a companhia passa a apresentar suas demonstrações financeiras adicionando eventuais saldos de sua sucursal na Argentina em suas equivalentes rubricas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional da sua controlada a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge

de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedges sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de

realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Investimentos—Até 31 de dezembro de 2011, o investimento na controlada sediada na Argentina era avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela investida na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentada como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. A partir de 1º de janeiro de 2012, essa controlada passou a ser apenas uma filial da Companhia, com atividades reduzidas e tem seus saldos adicionados aos saldos da Companhia por não possuírem relevância.

(h) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(i) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(j) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil determinada são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(k) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

(l) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(m) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(n) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(o) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(p) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(q) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(r) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(s) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")--Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária

brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à norma IFRS 7 - Divulgações - transferências de ativos financeiros	As alterações aumentam as exigências de divulgação de transações que envolvam a transferência de ativos financeiros para tornar mais transparentes as exposições aos riscos na transferência dos ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à norma IAS 12 - Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando os ativos são mensurados pelo modelo de valor justo da norma IAS 40	De acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 - Propriedade para Investimento (equivalente ao CPC 28) sejam recuperadas por meio da venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja refutável.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 2012 ou obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. Considerando as atuais operações da Companhia e de sua controlada, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
--------------	------------------------------	---------------------------------

IFRS 9 (conforme alterada em 2010) – Instrumentos Financeiros(*)	Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Data Efetiva Mandatória e Divulgações de Transição – IFRS 9 e IFRS 7(*)	Altera a data de aplicação da IFRS 9 para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 e altera os requerimentos de transição da IAS39 para a IFRS9.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 (IFRS9) e requerimentos de transição para adoção antecipada da IFRS9.
IAS 28 (Revisada 2011) e CPC 18(R2) - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) e CPC 35(R2) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 e CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 e CPC 19(R2) – Negócios em Conjunto	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 e CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 (Revisada 2011) e CPC 33 (R1) - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação dos Outros Resultados Abrangentes	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2012.
Alterações à IFRS 7 – Divulgações – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Introduz requerimentos de divulgação de informações sobre todos os instrumentos financeiros que são compensados conforme permitidos pelo IAS 32.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2014. Aplicação deve ser retroativa.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Depósitos bancários	511	2.698
Depósitos no exterior	64	133
Cambiais a liquidar	242	2.887
	-----	-----
	817	5.718
	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	2012	2011
Clientes no mercado interno	99.092	95.164
Clientes no mercado externo	7.486	8.064
	-----	-----
	106.578	103.228
Provisão para devedores duvidosos	(10.984)	(10.166)
	-----	-----
	95.594	93.062
	=====	=====

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 84 dias (82 dias em 31 de dezembro de 2011). O saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos. A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2012	2011
Saldo no início do período	(10.166)	(9.586)
Adições	(818)	(658)
Baixas	-	78
	-----	-----
Saldo no final do período	(10.984)	(10.166)
	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 31 de dezembro de 2012 e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber.

A composição das contas a receber consolidadas por idade de vencimento é como segue:

	2012	2011
A vencer	91.903	86.291
Vencidas até 30 dias	2.382	2.737
Vencidas de 31 a 60 dias	61	414
Vencidas de 61 a 90 dias	131	351
Vencidas de 91 a 180 dias	439	2.376
Vencidas de 181 a 360 dias	302	256
Vencidas acima de 360 dias	11.360	10.803
	-----	-----
	106.578	103.228
	=====	=====

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente das contas a receber.

5. ESTOQUES

	2012	2011
Matérias-primas e secundários	21.265	25.882
Produtos em elaboração	14.079	19.482
Produtos acabados	13.971	13.455
Peças de reposição	15.533	15.220
	-----	-----
	64.848	74.039
	=====	=====

6. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	2012		2011
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.305	-	1.305
Edifícios	2,2	50.650	(22.554)	28.096
Instalações	6,0	41.078	(30.646)	10.432
Equipamentos	6,6	161.567	(118.636)	42.931
Usina Hidroelétrica (PCH)	6,3	13.244	(5.248)	7.996
Móveis e utensílios	8,1	2.270	(1.666)	604
Veículos	19,4	1.343	(632)	711
Computadores e periféricos	17,2	5.250	(4.767)	483
Obras em andamento	-	21.495	-	21.495
Adiantamentos a fornecedores	-	1.723	-	1.723
Outros	-	1.345	-	1.345
		-----	-----	-----
		301.270	(184.149)	117.121
		=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2011	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	2012
Terrenos e benfeitorias	1.127	178	-	-	-	1.305
Edifícios	42.248	103	(984)	9.283	-	50.560
Instalações	37.134	20	(420)	4.344	-	41.078
Equipamentos	154.597	272	(385)	7.083	-	161.567
Usina Hidroelétrica (PCH)	12.672	27	(55)	600	-	13.244
Móveis e utensílios	2.093	163	(5)	19	-	2.270
Veículos	1.323	79	(57)	-	(2)	1.343
Computadores e periféricos	5.056	166	(35)	63	-	5.250
Obras em andamento	34.498	8.569	(159)	(21.413)	-	21.495
Adiantamentos a fornecedores	454	1.269	-	-	-	1.723
Outros	434	942	(52)	21	-	1.345
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	291.636	11.788	(2.152)	-	(2)	301.270
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2011	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	2012
Edifícios	(21.787)	(1.022)	92	163	-	(22.554)
Instalações	(29.728)	(1.426)	420	88	-	(30.646)
Equipamentos	(111.851)	(7.105)	320	-	-	(118.636)
Usina Hidroelétrica (PCH)	(4.336)	(713)	52	(251)	-	(5.248)
Móveis e utensílios	(1.582)	(88)	4	-	-	(1.666)
Veículos	(435)	(251)	52	-	2	(632)
Computadores e periféricos	(4.641)	(160)	34	-	-	(4.767)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(174.360)	(10.765)	974	-	2	(184.149)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

7. FORNECEDORES

	2012	2011
Fornecedores no mercado interno	10.580	19.687
Fornecedores no mercado externo	325	325
Partes relacionadas	672	831
	-----	-----
	11.577	20.843
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 13 dias (17 dias em 31 de dezembro 2011).

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	2012	2011
BNDES – capital de giro	R\$	TJLP + 3,0	2014	5.713	9.519
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2013	1.590	12.380
Banco Votorantim S.A.	R\$	11,25 (*)	2012	-	12.582
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP + 3,0	2015	19.444	-
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2020	982	1.122
Banco do Brasil – Finame	R\$	4,5 e 5,5	2020	2.918	3.049
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	120,0 do CDI	2013	17	28.318
Total				30.664	66.970
Circulante				(9.556)	(57.374)
Não circulante				21.108	9.596
				=====	=====

(*) Foi firmado contrato de swap de taxa de juros com Banco Votorantim com a finalidade de troca da taxa pré-fixada de 11,25% a.a., por 97% da variação do CDI, conforme descrito na nota 14.d.5.1, liquidado juntamente com o empréstimo em 2012.

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$26.764 (R\$62.799 em 31 de dezembro de 2011).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2013	2014	2015	2016 a 2020	Total
BNDES – capital de giro	3.812	1.901	-	-	5.713
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	1.590	-	-	-	1.590
Banco do Brasil – BNDES Progerem	3.611	9.500	6.333	-	19.444
Banco Bradesco – Finame	142	140	140	560	982
Banco do Brasil – Finame	384	379	379	1.776	2.918
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	17	-	-	-	17
Total	9.556	11.920	6.852	2.336	30.664
	=====	=====	=====	=====	=====

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está representado como segue:

	<u>Nº de ações</u>
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2012.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D" não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o aumento do capital social de R\$101.921 para R\$125.000, mediante a capitalização de R\$23.079, da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	32.024	24.372
Reserva legal	(1.601)	(1.219)
Reserva de isenção de imposto de renda	(1.567)	(1.217)
	-----	-----
Lucro líquido ajustado	28.856	21.936
Dividendos propostos	7.214	5.484
Dividendos intermediários pagos no exercício	(1.971)	(1.774)
Saldo de períodos anteriores	329	298
	-----	-----
Dividendos a pagar	5.572	4.008
	=====	=====

Em 2012, os dividendos propostos totalizam R\$7.214, equivalentes à R\$0,18299 por ação ordinária e R\$0,20129 por ação preferencial e preferencial classe "D" em circulação. Os dividendos propostos serão pagos líquidos dos dividendos intermediários aprovados em

reunião do conselho de administração realizada em 18 de dezembro de 2012, no montante de R\$1.971, equivalentes à R\$0,0500 por ação ordinária e R\$0,0550 por ação preferencial.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$6.581, correspondentes a 30% do lucro líquido disponível do exercício de 2011, para todos os acionistas da Companhia com posição acionária naquela data, deduzido o pagamento de R\$1.774, já realizado como dividendo intermediário no mês de dezembro último. O valor aprovado resultou em um dividendo complementar no valor de R\$1.097.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de isenção de imposto de renda

A reserva de isenção de imposto de renda foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE.

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar		Encargos financeiros	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Coteminas S.A.	-	-	-	-	(1)	-
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	424	-	-	34	(13)	(437)
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	12	1.095	-	(63)	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	424	12	1.095	34	(77)	(437)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo, cujos encargos foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI). A Companhia paga comissão sobre aval de 1,3% a.a., para sua controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS. Em 2012, esse valor representa R\$144 (R\$ 474 em 2011).

Em 2012 a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$9.386 (R\$39.218 em 2011). As transações são efetuadas a preços de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

11. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

A unidade fabril de Montes Claros - MG, está localizada na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

O incentivo fiscal federal da Companhia está programado para expirar em 31 de dezembro de 2015.

Esse incentivo é calculado a partir das vendas brutas e do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado antes dos impostos	45.743	28.117
Diferenças permanentes:	801	234
	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	46.544	28.351
Alíquota de 34%	(15.825)	(9.639)
Incentivo fiscal - SUDENE	1.567	1.217
Outras deduções	456	177
Créditos fiscais não constituídos	83	4.500
	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(13.719)	(3.745)
	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	(13.322)	(5.213)
Impostos sobre o lucro diferido	(397)	1.468
	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e são compostos como segue:

	<u>Saldos em 2011</u>	<u>Reconhe- cidos no resultado</u>	<u>Saldos em 2012</u>
Ativo:			
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:			
Provisões diversas	6.199	471	6.670
Prejuízo fiscal, líquido	868	(868)	-
	-----	-----	-----
Ativo não circulante	7.067	(397)	6.670
	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	2012
2013	1.310
A partir de 2014	5.360

	6.670
	=====

d. Impostos a recuperar

	2012	2011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	24.891	21.855
PIS e COFINS a recuperar	-	329
IPI a recuperar	180	159
Imposto sobre valor agregado – IVA	126	91
Antecipação de impostos	363	249
Outros	215	3
	-----	-----
	25.775	22.686
Circulante	(1.886)	(1.855)
	-----	-----
Não circulante (*)	23.889	20.831
	=====	=====

(*) A parcela dos créditos de ICMS cuja expectativa de realização é superior a um ano é classificada no ativo não circulante.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

A Companhia aderiu ao PAES em 31 de julho de 2003, visando à quitação de impostos e contribuições federais vencidas até 28 de fevereiro de 2003.

O valor consolidado das dívidas incluídas no PAES está atualizado pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), sendo amortizado em parcelas mensais iguais, com vencimento até junho de 2013.

	2012	2011
PIS e COFINS	523	1.690
INSS	299	867
	-----	-----
	822	2.557
Circulante	(822)	(1.706)
	-----	-----
Não circulante	-	851
	=====	=====

13. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários cuja perda estimada como possível no valor de R\$1.024. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	2012	2011
Processos fiscais:		
INSS	1.833	1.833
PIS e COFINS	3.261	3.261
Contribuição social	310	264
Imposto de renda	1.075	1.075
ICMS	765	756
ICMS - Exportação	6.548	6.548
Trabalhistas	1.354	991
Cíveis e outras	383	38
	-----	-----
	15.529	14.766
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.161	8.218
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia é pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão de ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Contribuição social--Mandado de Segurança com o objetivo de garantir o direito de deduzir na base de cálculo da CSLL os encargos de depreciação e baixa de bens do ativo referente aos efeitos decorrentes da diferença existente entre a variação do IPC e a variação do BTNF, verificada no ano base 1990.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

ICMS--A Companhia é pólo ativo em ação anulatória de débito fiscal que trata de glosas de créditos do ICMS em fase de benefícios unilaterais do imposto (guerra fiscal), e cujo valor foi depositado judicialmente.

ICMS – Exportação--A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia contestou administrativamente, sem êxito e provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionados o que resultou êxito em junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013 a Companhia incluiu o principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais.

Trabalhistas--A Companhia é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2011	Adições	Baixas	Saldos em 2012
Processos fiscais:				
INSS	1.833	-	-	1.833
PIS e COFINS	3.261	-	-	3.261
Contribuição social	264	46	-	310
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
ICMS	756	9	-	765
ICMS – Exportação	6.548	-	-	6.548
Trabalhistas	991	990	(627)	1.354
Cíveis e outras	38	345	-	383
	-----	-----	-----	-----
	14.766	1.390	(627)	15.529
	=====	=====	=====	=====

14. OUTRAS, LÍQUIDAS

	2012	2011
Resultado na alienação de imóveis destinados à venda	6.941	-
Outros	(641)	(969)
	-----	-----
	6.300	(969)
	=====	=====

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS--				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	817	817	5.718	5.718
Duplicatas a receber	95.985	95.985	93.062	93.062
Outros créditos a receber	1.583	1.583	1.692	1.692
PASSIVOS--				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos (*)	9.556	9.556	57.374	57.374
Fornecedores	11.577	11.577	20.843	20.843
Outras contas a pagar	5.045	5.045	4.495	4.495
NÃO CIRCULANTE:				
Exigível a longo prazo:				
Empréstimos e financiamentos (*)	21.108	21.108	9.596	9.596

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP e CDI), as quais acompanham as taxas de mercado.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis por possuírem vencimento de curto prazo.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	242	2.887
Duplicatas a receber	7.486	8.064
Fornecedores	(318)	(312)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	7.410	10.639
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	3.626	5.672
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2013	Baixa do Dólar	3.626	53	(1.813)	(3.679)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal

matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros -- O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto o descrito em d.5.1 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados nas notas explicativas nºs 8 e 10. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros no financiamento junto ao Banco Votorantim:

As principais informações sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	2012			2011		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)
Contrato de Swap -- Posição passiva: 97% do CDI Posição ativa: 11,25% pré Contraparte: Banco Votorantim S.A. Outras informações: 12 vencimentos mensais a partir de junho/2011 até maio/2012	-	-	-	12.500	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	-	-	-	12.500	-	-
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Contrato de swap de taxa de juros– Foi designado e registrado pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade se baseia no fluxo de caixa do financiamento obtido junto ao Banco Votorantim S.A., cujas datas de vencimento dos contratos vão até maio de 2012. Tem seus ganhos e perdas não realizados registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. O empréstimo e o derivativo foram liquidados em seu vencimento em maio de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve resultado com derivativos.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	34.554	11.629	20.328	1.215	1.382
Fornecedores	1.637	1.637	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	36.191	13.266	20.328	1.215	1.382
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	30.664	66.970
Caixa e equivalentes de caixa	(817)	(5.718)
	-----	-----
Total da dívida líquida	29.847	61.252
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	245.031	221.202
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	274.878	282.454
	=====	=====

16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica:

	2012	2011
Vendas líquidas:		
Brasil	343.967	346.969
Outros países	27.660	23.406
	-----	-----
	371.627	370.375
	=====	=====

17. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	2012	2011
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(238.304)	(272.495)
Benefícios a empregados	(57.713)	(50.768)
INSS	(9.961)	(10.708)
Depreciação e amortização	(10.765)	(9.710)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(8.095)	9.450
Outros custos e despesas	(818)	(580)
	-----	-----
	(325.656)	(334.811)
	=====	=====

Por função:

	2012	2011
Custo dos produtos vendidos	(274.216)	(285.470)
Vendas	(30.871)	(29.581)
Gerais e administrativas	(18.636)	(17.801)
Honorários da administração	(1.933)	(1.959)
	-----	-----
	(325.656)	(334.811)
	=====	=====

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	462.036	459.600
Deduções das vendas	(90.409)	(89.225)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	371.627	370.375
	=====	=====

19. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi calculado como segue:

	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.024	24.372
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	30.901	23.517
Ações preferenciais	1.123	855
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	-----	-----
	39.299.130	39.299.130
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	0,8123	0,6182
Ações preferenciais – R\$	0,8935	0,6800
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

* * * * *